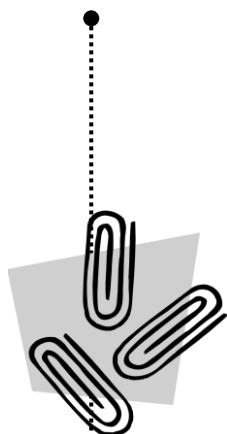


Anexo 5.01



**Legislação sobre o encerramento e a reabertura
das Escolas do Magistério Primário (1936-1942)**

Legislação sobre o encerramento e a reabertura das Escolas do Magistério Primário (1936-1942)

1936-11-24 | Decreto-Lei n.º 27279, de 24 de Novembro de 1936 – D.G. n.º 276, I Série, Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral do Ensino Primário (Repartição Pedagógica) [estabelece as bases em que deve assentar o ensino primário – encerramento das Escolas do Magistério Primário]

1940-12-10 | Decreto-Lei n.º 30951, de 10 de Dezembro de 1940 – D.G. n.º 286, I Série, Ministério da Educação Nacional, Secretaria Geral [insere várias disposições relativas à habilitação para o exercício do magistério oficial primário]

1940-12-14 | Decreto n.º 30968, de 14 de Dezembro de 1940 – D.G. n.º 290, I Série, Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral do Ensino Primário [aprova o regulamento e programas dos exames de habilitação para o exercício do magistério primário oficial prescritos no Decreto-Lei n.º 30951]

1942-09-05 | Decreto-Lei n.º 32243, 5 de Setembro de 1942 – D.G. n.º 208, I Série, Ministério da Educação Nacional, Direcção Geral do Ensino Primário [regula o funcionamento das Escolas do Magistério Primário]

música, na Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, poderá o reitor contratar, mediante parecer favorável do conselho escolar daquela Faculdade, indivíduo de reconhecida competência para dirigir o Orfeão Académico e a Tuna Académica da mesma Universidade.

Art. 2.º O exercício das funções indicadas no artigo anterior será remunerado com a gratificação anual de 10.800\$, paga pela dotação da Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra, com destino a pagamento de um professor da cadeira anexa de história da música.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Novembro de 1936. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Decreto-lei n.º 27:278

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo único. É autorizada a rectificação da nota a) referente à verba inscrita no capítulo 3.º «Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes — Museu das Janelas Verdes — Despesas com o material», artigo 466.º «Aquisições de utilização permanente», n.º 1) «Aquisição de móveis», alínea a) «Máquinas, aparelhos, instrumentos, utensílios e livros» (Para a biblioteca do Museu), do orçamento dêste Ministério aprovado para o corrente ano económico, que passa a ter a seguinte redacção:

Para a aquisição de um aparelho de radiografia	25.000\$00
Para a instalação de um gabinete de gravuras	10.000\$00

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Novembro de 1936. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Direcção Geral do Ensino Primário

Repartição Pedagógica

Decreto-lei n.º 27:279

O Governo prepara cuidadosamente a reforma do ensino primário, com o duplo objectivo de assegurar a todos os portugueses um grau elementar de cultura, que os torne verdadeiramente úteis para si e para a colectividade, e de se dar enérgico e eficiente combate ao analfabetismo.

Entretanto, como não há tempo a perder, convém adoptar algumas medidas de urgência, com as quais se evita a reincidência em erros já reconhecidos como funestos, e simultaneamente se melhoram as condições de trabalho para a obra a realizar, na maior unidade de acção e dentro de um plano nacional.

É a razão do presente decreto-lei, assente na idea de que o ensino primário elementar trairia a sua missão se continuasse a sobrepor um estéril enciclopedismo racionalista, fatal para a saúde moral e física da criança, ao ideal prático e cristão de ensinar bem a ler, escrever e

contar, e a exercer as virtudes morais e um vivo amor a Portugal.

Afirma-se desde já, pondo termo a entorpecedoras utopias e a aspirações ilegítimas, ainda que de simpático bairrismo, que o problema da educação popular só pode ser resolvido — e há-de sê-lo dentro do vasto programa de reconstituição nacional já aprovado — por meio da maior difusão de postos escolares, forma embrionária da escola elementar.

Instalado, como esta, em edificio próprio, devidamente apetrechado, regido por quem possua idoneidade comprovada, na falta de um diploma tantas vezes só decorativo, ministrando o ensino por todo o ano lectivo, e fiscalizada a sua acção, o posto escolar será a escola aconchegada da terra pequenina, onde outra maior se tornaria desproporcionada, ao mesmo tempo que, pelo desperdício, inimiga da restante terra portuguesa.

Nem de outro modo o Estado se encontraria alguma vez em situação de dar melhores condições de vida aos que devotadamente o servem na obra da educação popular.

Para a urgente realização dêste plano, activar-se-á a conclusão, em curto prazo, da carta escolar do continente e ilhas adjacentes.

Nestes termos:

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º O ensino primário elementar, obrigatório para todos os portugueses, é ministrado em classes e compreende as seguintes disciplinas:

- Língua portuguesa (leitura, redacção e feitos pátrios);
- Aritmética e sistema métrico;
- Moral;
- Educação física;
- Canto coral.

§ único. O ensino da língua portuguesa visará também o conhecimento de noções simples e práticas da vida cotidiana, reflectindo sempre o meio ambiente.

Art. 2.º A cada classe corresponderá um único livro, compreendendo as matérias de todas as disciplinas, e o Ministro da Educação Nacional fica autorizado a adoptar as providências necessárias para a sua elaboração.

Art. 3.º Os actuais postos de ensino são convertidos em postos escolares e nêles serão mantidos os regentes que o requererem, no prazo de trinta dias, e forem confirmados no lugar.

§ 1.º O exame para regentes dos postos escolares será organizado no sentido de assegurar a prova de competência para o ensino primário elementar.

§ 2.º Os regentes dos postos de ensino que hajam sido nomeados sem prestação de provas farão exame no ano escolar de 1936-1937, sob pena de perda do diploma e do lugar.

§ 3.º Serão também submetidos a exame os regentes dos postos escolares que, embora havendo prestado provas para regentes dos postos de ensino, tenham nota de «deficiente» na classificação do serviço.

Art. 4.º O ano lectivo nos postos escolares terá a mesma duração que nas escolas do ensino primário elementar.

§ único. Tanto para os postos escolares e escolas, como para os estabelecimentos de ensino particular, será o sábado o dia destinado, em cada semana, ao canto coral e a exercícios colectivos de educação moral e física, nos termos da lei n.º 1:941, de 11 de Abril de 1936, e a quinta-feira será considerada dia útil.

Art. 5.º O ensino primário elementar, tanto oficial como particular, será ministrado em regime de separação de sexos.

§ único. Para este efeito far-se-á, na medida do possível, o imediato reajustamento das escolas de frequência mixta.

Art. 6.º A Mocidade Portuguesa e a Obra das Mães pela Educação Nacional cooperarão com todos os estabelecimentos oficiais e particulares, do ensino primário elementar, em tudo o que respeite aos fins do seu instituto, e, com tal objectivo, será feita a indispensável conjugação de actividades, obrigatória para professores e alunos.

§ único. É obrigatória para os alunos do ensino primário elementar, tanto oficial como particular, a inscrição nos quadros da Mocidade Portuguesa, a qual será averbada na caderneta escolar.

Art. 7.º Relativamente às escolas do magistério primário, observar-se-á o seguinte:

1.º Não haverá este ano matrícula na 1.ª classe das escolas do magistério primário, tanto oficiais como particulares;

2.º Os candidatos aos Exames de Estado para o magistério primário são desde já obrigados aos novos programas do ensino primário elementar e as provas são transferidas para Julho de 1937;

3.º É declarada a caducidade dos alvarás de todos os estabelecimentos particulares do magistério primário que não forem confirmados até ao fim do ano escolar de 1936-1937;

4.º Constituirá motivo de preferência para a matrícula nas escolas do magistério primário o curso de educação familiar instituído pelo decreto-lei n.º 27:085, de 14 de Outubro de 1936;

5.º Quando não seja possível distribuir todo o serviço obrigatório aos professores das escolas do magistério primário, pode o Ministro determinar que o completem noutro estabelecimento de ensino ou transferir para outro serviço do Ministério os que se tornarem dispensáveis, tendo em vista, tanto quanto possível, as suas habilitações legais.

Art. 8.º É exigido comportamento moral irrepreensível para o exercício do magistério primário, bem como para a direcção e fiscalização do respectivo ensino, tanto oficial como particular.

§ único. Será demitido o funcionário pertencente aos serviços do ensino primário que dê escândalo público permanente ou assuma atitude contrária à ordem social estabelecida pela Constituição Política de 1933.

Art. 9.º O casamento das professoras não poderá realizar-se sem autorização do Ministro da Educação Nacional, que só deverá concedê-la nos termos seguintes:

1.º Ter o pretendente bom comportamento moral e civil;

2.º Ter o pretendente vencimentos ou rendimentos, documentalmente comprovados, em harmonia com os vencimentos da professora.

Art. 10.º A partir de 1 de Janeiro de 1937, a preferência absoluta dos cônjuges de funcionários públicos é restrita ao caso de ambos serem professores, e nos termos seguintes:

1.º Só poderá ser invocada por professores com boa classificação de serviço;

2.º Não poderá ser invocada por professoras nos concursos para escolas do sexo masculino;

3.º Poderá ser invocada mais de uma vez, mas nunca em consequência de deslocação proveniente de sanção disciplinar.

Art. 11.º Haverá dois adjuntos do director geral do ensino primário, um para os serviços administrativos e outro para os serviços pedagógicos e disciplinares, com a categoria de chefes de secção.

§ 1.º Os adjuntos são livremente nomeados pelo Ministro de entre professores primários que hajam exercido funções de inspecção ou de direcção, com boa classifica-

ção de serviço, e a sua nomeação tornar-se-á definitiva ao fim de dois anos, mediante proposta do director geral.

§ 2.º São extintos um lugar de adjunto do director geral do ensino primário e o de chefe de repartição, ficando o actual titular deste encarregado do arquivo do Ministério.

Art. 12.º Até à organização definitiva dos serviços de inspecção do ensino primário, ficam constituindo um único quadro os actuais inspectores disciplinares e orientadores, e o seu número é reduzido a doze, os quais prestarão o serviço que lhes fôr superiormente determinado.

§ único. O Ministro escolherá livremente os que devam ser mantidos no quadro de inspectores e proverá os que forem dispensados em lugares correspondentes, tanto quanto possível, às suas habilitações legais, prestando qualquer serviço do Ministério, com os vencimentos que actualmente lhes competem, até serem colocados definitivamente.

Art. 13.º O disposto no artigo 54.º do decreto-lei n.º 26:611, de 19 de Maio de 1936, é aplicável aos inspectores, aos directores dos distritos escolares, seus adjuntos e delegados nos concelhos, e aos secretários de zonas escolares, e o Ministro pode deslocar livremente para qualquer serviço dependente do Ministério os oficiais e escrivães das secretarias dos distritos escolares.

§ único. Poderão ser nomeados para os lugares de oficiais das secretarias dos distritos escolares professores com mais de dez anos de serviço bem classificado, e para os de escrivães indivíduos diplomados com a nota de bom no Exame de Estado para o magistério primário, desde que uns e outros ofereçam garantia de idoneidade.

Art. 14.º Serão aprovados programas de ensino elementar em harmonia com o quadro das disciplinas estabelecido no artigo 1.º e com as directrizes do regimento da Junta Nacional da Educação.

§ único. Os programas serão revistos de três em três anos.

Art. 15.º É declarada a imediata caducidade da aprovação oficial de todos os livros do ensino primário, e o Ministro da Educação Nacional adoptará, sem dependência de qualquer formalidade, as soluções transitórias que se tornarem necessárias para o ano lectivo de 1936-1937.

Art. 16.º Os professores transferidos que, por motivo da execução do decreto-lei n.º 27:003, de 14 de Setembro de 1936, entraram em exercício dos seus novos lugares durante a primeira quinzena de Outubro último terão direito aos abonos como se o houvessem feito em tempo normal.

Art. 17.º Este decreto-lei entra imediatamente em vigor, e o Ministro da Educação Nacional resolverá, por despacho, os casos omissos.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 24 de Novembro de 1936. — ANTONIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Manuel Rodrigues Júnior* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Joaquim José de Andrade e Silva Abranches* — *Francisco José Vieira Machado* — *António Faria Carneiro Pacheco* — *Pedro Teotónio Pereira* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 27:280

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea b) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930;



DIÁRIO DO GOVERNO

PREÇO DÊSTE NÚMERO — \$60

Toda a correspondência, quer oficial, quer relativa a anúncios e à assinatura do *Diário do Governo*, deve ser dirigida à Administração da Imprensa Nacional. As publicações literárias de que se recebem 2 exemplares anunciam-se gratuitamente.

ASSINATURAS			
As 3 séries	Ano 240\$	Semestre	130\$
A 1.ª série	" 90\$	"	43\$
A 2.ª série	" 80\$	"	43\$
A 3.ª série	" 80\$	"	43\$

Para o estrangeiro e colónias acresce o porte do correio

O preço dos anúncios (pagamento adiantado) é de 2\$50 a linha, acrescido do respectivo imposto do selo. Os anúncios a que se referem os §§ 1.º e 2.º do artigo 2.º do decreto n.º 10.112, de 24-IX-1924, têm 40 por cento de abatimento.

Administração da Imprensa Nacional de Lisboa

AVISO

Para conhecimento dos interessados se comunica que, a partir de 2 de Janeiro próximo futuro, passam a ser publicados na 3.ª série do «Diário do Governo» os editos sobre concessão de minas, os avisos de abertura de concursos, a relação dos números premiados da lotaria e os anúncios que lhe dizem respeito, as notificações da Inspeção Geral das Indústrias e Comércio Agrícolas e todos os assuntos semelhantes.

SUMÁRIO

Ministério da Justiça:

Decreto n.º 30:950 — Cria a secretaria notarial de Cantanhede.

Ministério das Colónias:

Portaria n.º 9:700 — Abre um crédito destinado a reforçar a verba inscrita na alínea b) do n.º 1) do artigo 9.º, capítulo 1.º, do orçamento da Agência Geral das Colónias.

Ministério da Educação Nacional:

Decreto-lei n.º 30:951 — Insere várias disposições relativas à habilitação para o exercício do magistério oficial primário.

Decreto n.º 30:952 — Abre um crédito para reforço de várias verbas inscritas no orçamento do Ministério.

Ministério da Economia:

Decreto n.º 30:953 — Dissolve a comissão venatória do concelho de Castro Daire.

MINISTÉRIO DA JUSTIÇA

Direcção Geral da Justiça

Decreto n.º 30:950

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É criada, nos termos do artigo 17.º do decreto-lei n.º 28:676, de 20 de Maio de 1938, a secretaria notarial de Cantanhede.

Publique-se e cumpre-se como nelle se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — António de Oliveira Salazar — Adriano Pais da Silva Vaz Serra.

MINISTÉRIO DAS COLÓNIAS

Direcção Geral de Fazenda das Colónias

1.ª Repartição

2.ª Secção

Portaria n.º 9:700

Manda o Governo da República Portuguesa, pelo Ministro das Colónias, de harmonia com o disposto no artigo 5.º do decreto-lei n.º 28:326, de 27 de Dezembro de 1937, abrir um crédito especial da importância de 40.000\$, destinado a reforçar a verba inscrita no capítulo 1.º, artigo 9.º, n.º 1), alínea b) «Diversos serviços — Publicidade — Despesas com a publicação de relatórios e outros trabalhos», do orçamento da Agência Geral das Colónias para o corrente ano económico, aprovado pela portaria n.º 9:398, de 8 de Dezembro de 1939, tendo como contrapartida as disponibilidades a sair das seguintes verbas do capítulo 1.º da mesma tabela:

Artigo 4.º, n.º 1), alínea a)	1.000\$00
Artigo 4.º, n.º 1), alínea b)	6.000\$00
Artigo 4.º, n.º 1), alínea c)	4.000\$00
Artigo 5.º, n.º 2), alínea a)	1.030\$00
Artigo 5.º, n.º 2), alínea b)	3.970\$00
Artigo 6.º, n.º 1)	3.000\$00
Artigo 8.º, n.º 2)	3.000\$00
Artigo 8.º, n.º 3)	10.000\$00
Artigo 9.º, n.º 2), alínea d)	8.000\$00
	40.000\$00

Ministério das Colónias, 10 de Dezembro de 1940. — O Ministro das Colónias, *Francisco José Vieira Machado*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Secretaria Geral

Decreto-lei n.º 30:951

Encerradas há cinco anos as escolas de habilitação para o magistério primário, chegou-se a uma situação em que já não há professores diplomados para assegurar a regência das escolas existentes. Assim é que, aproveitando todos os professores auxiliares, que são em número de 183, e agregados, em número de 793, ficam este ano sem professor 380 escolas, e, depois de se haver recorrido aos regentes agregados, cuja função é ensinar em postos escolares, ainda ficaram 134 encerradas.

É uma situação que não deve manter-se e a que não poderia acudir-se, mesmo abrindo desde já as escolas

de habilitação para o magistério primário. Estas só passados alguns anos começariam a produzir professores.

No estado actual da nossa rede escolar passam anualmente à situação de inactividade 160 professores primários em média, de sorte que aos 337 (380 menos 43 auxiliares e agregados que ainda é possível destacar dos distritos a que pertencem para outros) que hoje fultum devem acrescentar-se, mantendo-se fixa aquela rede, mais 160 por ano, e, assim, quando as escolas de habilitação para o magistério começassem a produzir, o que não podia suceder antes de três anos, teríamos um *deficit* de 807 professores.

Isto na hipótese de se manter fixa a actual rede escolar. Mas está no pensamento do Governo alargar muito a rede escolar, continuando uma política que só consentiu em interromper até que se organizasse o respectivo plano.

Esse plano está organizado e, prevendo muitas escolas novas, ainda agravará o *deficit*.

Importa, por isso, encontrar urgentemente um processo de modificar a situação existente. É o intuito essencial deste decreto-lei. É um processo de emergência o que se encontrou. Tomaram-se, no entanto, as cautelas julgadas indispensáveis para assegurar, em todo o caso, um recrutamento eficiente dos professores primários. Por um primeiro exame se verificará se os candidatos possuem com a nitidez e precisão suficientes os conhecimentos necessários. O facto de a este exame se não admitirem senão indivíduos com o curso geral ou o 2.º ciclo dos liceus é garantia de que aqueles conhecimentos estão bastante amadurecidos.

Depois o contacto com a função lhes despertará as qualidades necessárias ao exercício da função. Mais dois exames mostrarão se despertou. O candidato aprendeu a ensinar, ensinando; ensinando, mostrará se aprendeu a ensinar. Por isso estes dois exames serão lições a alunos. Preferiu-se este sistema ao de se lhes pedir que soubessem cousas de cor sobre pedagogia ou sobre métodos. Crê-se que este sistema permitirá que se preencha o vácuo existente nos quadros do ensino primário com bastante eficiência.

Aparecem no decreto algumas disposições parasitárias: parasitárias no sentido de que, não se dirigindo ao recrutamento de professores, estão fora do intuito essencial do decreto.

Tem-se com elas em vista pôr ordem num estado de cousas que se julga irregular e que, por isso, não deve manter-se.

As faculdades atribuídas ao Ministro não tendem a desprendê-lo do regime chamado da legalidade a que está submetido, e nem que tendessem eram só por isso de condenar: tendem a assegurar a melhor eficiência do serviço e a arrumar situações que se julgam perturbadoras e com que é preciso acabar.

Segundo o direito vigente, os professores auxiliares e agregados não podem ser colocados fora dos distritos escolares a que pertencem e, em geral, só podem ser nomeados efectivos se, concorrendo, não aparecerem efectivos a requerer a sua colocação nas mesmas vagas. Isto pode conduzir a que fiquem no País sem professor escolas cujo funcionamento é muito mais necessário do que o de outras em que são colocados; pode conduzir a que os que se encontram nos grandes centros prefiram manter-se afastados do exercício a ser colocados fora do meio em que vivem, com grave prejuízo para o ensino; e pode conduzir a que se mantenham indefinidamente, sem nada que o justifique, os professores auxiliares pertencentes a um quadro que já foi extinto.

Para pôr termo a estas formas de desordem é que se atribue ao Ministro a faculdade de colocar aqueles pro-

fessores auxiliares e agregados fora dos distritos escolares a que pertencem, se o exigirem as necessidades do serviço, e ainda de colocar os auxiliares no quadro geral, independentemente de concurso, nas vagas abertas por efeito de transferência, ressaltando, porém, a preferência dos cônjuges de professores.

Considerou-se, por outro lado, que o professor primário deve, em geral, ser um apóstolo; e particularmente é preciso que o seja quando é chamado a colaborar, através da escola e fora da escola, em alguma obra social ou mesmo política que exprima o idealismo fundamental do Estado Novo. Então não deve a sua escolha ser deixada aos critérios rígidos de um concurso; o calor do apóstolo conhece-se, mas não pode medir-se através da frieza de um certo condicionalismo legal. Estas ideias explicam o processo particular de nomeação dos professores para escolas fundadas e instaladas pelos organismos corporativos, pre-corporativos e de coordenação económica ou que hajam de funcionar para serviço de bairros económicos e sociais por providência do Estado, dos corpos ou corporações administrativas ou mesmo de instituições particulares de benemerência. E também explicam que a estas instituições sejam pelo Estado ou corpos administrativos cedidos edifícios em que exerçam o ensino.

É ainda para evitar dificuldades gravemente perturbadoras do serviço que se alarga a possibilidade de o Ministro criar por despacho escolas primárias. Até aqui tinha-a para todo o País, exceptuando as localidades subordinadas ao chamado regime de zona: Braga, Porto, Viseu, Coimbra, Évora, Setúbal e Faro.

Nestas cidades a criação de escolas só podia fazer-se por decreto. Não se vê bem a razão justificativa destas excepções. Talvez evitar possíveis favoritismos, porventura atraídos pela importância daqueles centros populacionais.

O certo, porém, é que os prejuízos resultantes daquele regime são maiores do que o perigo que pretendeu evitar-se. Pode, na verdade, suceder — e está a suceder — que deixem de pôr-se a funcionar com a necessária oportunidade escolas que é indispensável criar e para cujo funcionamento são postos por instituições locais ao dispor do Estado todos os elementos. Isto explica o alargamento àquelas cidades do regime geral que sobre a matéria está instituído para o resto do País. Trata-se pois de um regime geral e não de um regime de favor.

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Enquanto não funcionarem as escolas do magistério primário a habilitação para o exercício do magistério oficial no ensino primário faz-se através de:

- a) Um exame de cultura específica;
- b) Um estágio de preparação didáctica;
- c) Um exame de aptidão pedagógica;
- d) Um Exame de Estado.

§ 1.º As provas das alíneas a), b) e c) habilitam para a nomeação provisória de professor agregado.

§ 2.º O exame da alínea d) habilita para a nomeação definitiva de professor agregado.

Art. 2.º O exame de cultura abrange as disciplinas de português, matemática e geografia-história; o estágio de preparação didáctica realiza-se pela prática da função docente numa escola de ensino primário, e o exame de aptidão pedagógica é constituído por uma lição a alunos.

Art. 3.º O Exame de Estado, que visa a averiguar da capacidade docente, consta de quatro lições a alunos,

uma a cada classe do ensino primário, e de um interrogatório sobre o plano de cada lição.

Art. 4.º Podem concorrer às provas de habilitação para o magistério primário oficial os indivíduos de mais de dezóito anos de idade e menos de vinte e oito que tenham o antigo curso geral dos liceus ou o actual 2.º ciclo e possuam as condições físicas, morais e cívicas necessárias ao exercício do magistério.

§ único. Os candidatos pagarão uma propina única de 300\$, por meio de estampilha fiscal.

Art. 5.º As provas do exame de cultura são escritas e orais e incidirão sobre programas a estabelecer pelo Ministério da Educação Nacional.

§ 1.º Serão eliminados nas provas escritas os candidatos com a nota de *mediocre* em duas disciplinas ou de *mau* em qualquer delas.

§ 2.º Serão aprovados no exame os candidatos que na prova oral obtiverem, em relação a cada disciplina, pelo menos, 10 valores, e a sua classificação será expressa pela média aritmética das notas das diferentes disciplinas.

Art. 6.º O estágio de preparação didáctica durará três meses e realizar-se-á normalmente em escolas das capitais de distrito por grupos de quatro estagiários em cada escola, sob a orientação do respectivo professor e a fiscalização do director do distrito escolar.

§ único. O estagiário deverá elaborar um relatório dos seus trabalhos escolares, que o professor enviará, com uma informação minuciosa sobre a sua actividade e qualidades docentes, ao director do distrito escolar, que lhe juntará o seu parecer.

Art. 7.º No exame de aptidão pedagógica o júri tomará em consideração, além das provas prestadas no exame, o relatório do estagiário e as informações juntas, podendo aquele ser também objecto de apreciação no acto do exame.

§ 1.º Serão aprovados os candidatos que obtiverem, pelo menos, 10 valores.

§ 2.º Aos candidatos aprovados será atribuída uma classificação final, expressa pela média aritmética das classificações obtidas no exame de cultura e no de aptidão pedagógica.

§ 3.º Aos candidatos reprovados é facultada a repetição, por uma só vez, do estágio e nova apresentação a exame, mediante o pagamento da propina de 225\$.

Art. 8.º Os candidatos aprovados serão, a requerimento seu, nomeados, a título provisório, para o quadro dos professores agregados.

Art. 9.º Os professores agregados provisórios, depois de um ano, pelo menos, de serviço lectivo numa escola, serão admitidos, se o requererem, ao Exame de Estado.

§ único. Os que o não requererem não poderão continuar em exercício e só poderão ser admitidos na época seguinte, mediante autorização ministerial.

Art. 10.º Serão aprovados os candidatos que obtiverem, pelo menos, 10 valores em três lições, desde que a nota da outra não seja inferior a 8 valores, e a sua classificação final será expressa pela média aritmética das notas das quatro lições.

§ único. A lição e o interrogatório constituem para efeito da nota uma só prova.

Art. 11.º Aos candidatos aprovados será conferido o diploma de professor do ensino primário, com a classificação expressa pela média aritmética das que obtiveram nos exames, e a sua nomeação de professores agregados converter-se-á em definitiva.

§ 1.º Por cada diploma é devido o emolumento de 250\$, pago por estampilha fiscal.

§ 2.º Os reprovados poderão repetir este exame uma vez, na primeira época em que se realizem, mediante a propina de 100\$, mas, no entretanto, não poderão desempenhar funções docentes.

Art. 12.º As provas escritas dos exames de cultura realizar-se-ão perante júris constituídos por três membros, livremente nomeados pelo Ministro da Educação Nacional, e a sua classificação será feita por um júri único, composto de todos os membros efectivos dos júris perante os quais foram prestadas, excepto dos que tiverem funcionado nas ilhas adjacentes.

§ único. Poderão ser nomeados, para efeito de fiscalização, vogais suplementares para cada um dos júris, se o número dos candidatos o exigir.

Art. 13.º As provas orais dos exames de cultura serão prestadas perante júris de três membros, designados, quanto possível, de entre os do júri único.

§ 1.º Nos mesmos termos serão prestadas as provas e constituídos os júris dos exames de aptidão pedagógica e de Estado.

§ 2.º Haverá segunda chamada, mediante o pagamento da multa de 50\$.

Art. 14.º O serviço de exames é remunerado com a gratificação de 3\$ por aluno, em relação à totalidade dos examinandos admitidos, para os membros do júri único, e, em relação aos examinandos de cada júri, com a de 2\$50 para os dos exames das provas orais de cultura e de aptidão pedagógica e de 10\$ para os de Estado.

§ 1.º É atribuída ao professor da escola onde se realize o estágio e enquanto ele durar a gratificação de 100\$ mensais.

§ 2.º Aos vogais suplementares será abonada a gratificação de 20\$ por cada dia de serviço.

Art. 15.º Os professores agregados provisórios terão direito, durante o tempo em que prestarem serviço lectivo, à gratificação fixada para os professores agregados.

Art. 16.º O Ministro da Educação Nacional poderá colocar os professores auxiliares e agregados fora do distrito a que pertencem, sempre que o exijam as conveniências do serviço.

Art. 17.º A colocação de professores auxiliares e agregados feita pelos directores dos distritos escolares carece de ser homologada pelo Ministro da Educação Nacional, sem prejuízo de entrada imediata em exercício e do abono da gratificação pelo serviço prestado em qualquer caso.

Art. 18.º Os professores auxiliares e agregados que se recusarem a entrar em exercício nas escolas que lhes forem designadas serão demitidos e só poderão requerer o ingresso no quadro de agregados decorridos dois anos.

Art. 19.º Os professores auxiliares poderão ser colocados pelo Ministro, independentemente de concurso, nas vagas que ocorrerem por transferência em localidades que não sejam sedes de concelho ou bairro e não tiverem sido providas por efeito da declaração de vacatura.

§ único. Os professores nomeados nos termos deste artigo que não tomarem posse no prazo legal ou abandonarem o lugar serão demitidos e não poderão tornar a concorrer ao quadro de agregados.

Art. 20.º Para as escolas fundadas e instaladas pelos organismos corporativos, pre-corporativos e de coordenação económica, bem como para as que hajam de funcionar para serviço de bairros económicos ou sociais, poderão os respectivos professores ser nomeados, sem precedência do concurso, pelo Ministro da Educação Nacional, ouvido o Ministério de que dependam aquelas instituições.

Art. 21.º As instituições particulares de benemerência que ministrarem ensino primário poderão ser cedidos, a título precário, pelo Estado ou pelos corpos administrativos, edificios em que exerçam aquele ensino.

§ único. Para estas escolas, quando oficializadas, os professores serão nomeados nos termos do artigo anterior, ouvidas as respectivas instituições.

Art. 22.º É extensiva aos quadros privativos de determinadas localidades ou de estabelecimentos de ensino a faculdade conferida pelo artigo 1.º do decreto n.º 20:181, de 7 de Agosto de 1931.

Art. 23.º Os encargos previstos no presente decreto deverão ser custeados pela dotação que anualmente se inscreve no capítulo 2.º do orçamento do Ministério da Educação Nacional para satisfação de todas as despesas com serviços de exames nos diversos estabelecimentos de ensino e para o reforço desta dotação poderão abrir-se os créditos necessários até à importância da receita arrecadada.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Adriano Pais da Silva Vaz Serra* — *João Pinto da Costa Leite* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *Mário de Figueiredo* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Para ser presente à Assembleia Nacional.

10.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 30:952

Com fundamento nas disposições do artigo 35.º e sua alínea b) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e nas do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças, nos termos do mesmo artigo 2.º dêste decreto e nas do n.º 1.º do artigo 9.º do decreto-lei n.º 22:470, de 11 de Abril de 1933;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Educação Nacional, um crédito especial da quantia de 320.000\$, devendo a mesma importância ser adicionada às verbas abaixo descritas, do orçamento respeitante ao corrente ano económico do segundo dos mencionados Ministérios:

Capítulo 3.º, artigo 221.º, n.º 1), alínea a)	50.000\$00
Capítulo 3.º, artigo 223.º, n.º 2)	200.000\$00

Capítulo 3.º, artigo 224.º, n.º 1)	35.000\$00
Capítulo 3.º, artigo 226.º, n.º 1)	30.000\$00
Capítulo 3.º, artigo 227.º, n.º 1)	5.000\$00
	<hr/> 320.000\$00

Art. 2.º É anulada a importância de 320.000\$ no n.º 2) do artigo 6.º, capítulo 1.º do orçamento do Ministério das Finanças para o referido ano económico.

Este crédito foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública e a minuta do presente decreto foi examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Adriano Pais da Silva Vaz Serra* — *João Pinto da Costa Leite* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *Mário de Figueiredo* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA ECONOMIA

Direcção Geral dos Serviços Florestais e Aquícolas

Decreto n.º 30:953

Tendo-se verificado, por meio de inquérito, que a comissão venatória de Castro Daire não deu cumprimento ao disposto no n.º 5.º do artigo 321.º do Código Administrativo e § 2.º do artigo 46.º do decreto n.º 23:461, de 17 de Novembro de 1934;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É dissolvida a comissão venatória do conelho de Castro Daire, distrito de Viseu.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 10 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

lece que, pelo Conselho Superior da Armada ou pelo Conselho de Promoções, sejam elaboradas listas contendo nomes de três oficiais que satisfaçam às condições gerais e especiais de promoção, para ulterior resolução do Conselho de Ministros ou do Ministro quanto aos oficiais a promover.

Não ficou, porém, regulado o caso de se não poder organizar listas triplices por ser inferior a três o número de oficiais habilitados com as condições de promoção. Há, pois, necessidade de alterar algumas disposições daquele decreto.

Assim:

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º O artigo 93.º-C adicionado pelo decreto n.º 30:125, de 13 de Dezembro de 1939, ao decreto n.º 28:211, de 23 de Novembro de 1937, é substituído pelo seguinte:

Artigo 93.º-C. Na promoção a contra-almirante intervêm o Conselho Superior da Armada e o Conselho de Ministros.

Por cada vacatura a preencher, aquele Conselho elaborará uma lista contendo, por ordem de preferência, os nomes dos capitães de mar e guerra que entenda possuírem em grau suficiente as qualidades necessárias ao desempenho das funções do posto imediato, de entre os que satisfaçam às condições gerais e especiais de promoção, podendo a de aptidão física ser verificada posteriormente, lista que será presente ao Conselho de Ministros para sua resolução.

§ único. Da lista a que se refere este artigo não podem fazer parte os capitães de mar e guerra que como oficial superior tenham deixado de estar em comissão ordinária por mais de doze anos seguidos ou interpolados.

Art. 2.º O § único do artigo 93.º-E adicionado pelo decreto n.º 30:125, de 13 de Dezembro de 1939, ao decreto n.º 28:211, de 23 de Novembro de 1937, passa a § 1.º e ao mesmo artigo é agora adicionado o seguinte parágrafo:

§ 2.º Quando forem somente dois os oficiais habilitados com as necessárias condições de promoção, serão esses os apresentados; se apenas houver um oficial habilitado, será este o promovido.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Manuel Ortins de Bettencourt*.

6.ª Repartição da Direcção Geral da Contabilidade Pública

Decreto n.º 30:967

Com fundamento nas disposições do § 1.º do artigo 17.º do decreto n.º 16:670, de 27 de Março de 1929, nas do artigo 35.º e suas alíneas b) e c) do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, e nas do artigo 2.º do decreto-lei n.º 24:914, de 10 de Janeiro de 1935, mediante proposta aprovada pelo Ministro das Finanças;

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do ar-

tigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo 1.º São efectuadas no orçamento do Ministério da Marinha para o actual ano económico as seguintes transferências de verbas:

Capítulo 4.º:

Do artigo 47.º, n.º 2), alínea a), para o artigo 46.º, n.º 1)	200.000\$00
Do artigo 56.º, n.º 2), para o artigo 55.º, n.º 1)	250.000\$00
Do artigo 158.º, n.º 1), alínea d), para o artigo 159.º, n.º 2), alínea a)	4.500\$00

Capítulo 6.º:

Do artigo 218.º, n.º 2), alínea d), para o artigo 219.º, n.º 2), alínea a)	25.000\$00
--	------------

Art. 2.º É aberto no Ministério das Finanças, a favor do Ministério da Marinha, um crédito especial da quantia de 617.219\$, destinado a reforçar com as importâncias adiantadas indicadas as verbas inscritas nos seguintes artigos do orçamento do segundo dos mencionados Ministérios para o actual ano económico:

Capítulo 1.º:

Artigo 8.º, n.º 1).	50.000\$00
-----------------------------	------------

Capítulo 4.º:

Artigo 43.º, n.º 1), alínea a)	7.219\$00
Artigo 87.º, n.º 1)	250.000\$00
Artigo 96.º, n.º 2)	200.000\$00
Artigo 98.º, n.º 2)	25.000\$00

Capítulo 10.º:

Artigo 263.º	85.000\$00
	<u>617.219\$00</u>

Art. 3.º É anulada a quantia de 617.219\$ na verba de 10:000.000\$ inscrita na alínea a) do n.º 2) do artigo 47.º, capítulo 4.º, do mesmo orçamento.

Este decreto foi registado na Direcção Geral da Contabilidade Pública, para o cumprimento do disposto na parte final do artigo 37.º do decreto n.º 18:381, de 24 de Maio de 1930, tendo sido o crédito registado na mesma Direcção Geral e a minuta do presente decreto examinada e visada pelo Tribunal de Contas, como preceitua o § único do artigo 36.º do mencionado decreto n.º 18:381.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Adriano Pais da Silva Vaz Serra* — *João Pinto da Costa Leite* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Vieira Machado* — *Mário de Figueiredo* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO NACIONAL

Direcção Geral do Ensino Primário

Decreto n.º 30:968

Usando da faculdade conferida pelo n.º 3.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo o seguinte:

Artigo único. É aprovado o regulamento dos exames previstos no decreto-lei n.º 30:951, de 10 de Dezembro de 1940, que vai assinado pelo Ministro da Educação Nacional e faz parte integrante deste decreto.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 14 de Dezembro de 1940. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário de Figueiredo*.

Regulamento

Disposições gerais

Artigo 1.º Os exames e os estágios previstos no decreto-lei n.º 30:951, de 10 de Dezembro de 1940, realizam-se, respectivamente, nas sedes dos distritos escolares e nas escolas de ensino primário que forem designadas pelo Ministro da Educação Nacional, sob proposta da Direcção Geral do Ensino Primário.

Art. 2.º As provas de habilitação para o ingresso no quadro dos professores agregados provisórios começam com o exame de cultura, a que se seguirão o estágio e o exame de aptidão pedagógica.

Art. 3.º Os candidatos aprovados no exame de aptidão pedagógica serão, mediante requerimento, nomeados professores agregados provisórios dos quadros dos diferentes distritos, e, depois de um ano lectivo de serviço, serão submetidos, se o requererem, ao Exame de Estado.

§ único. O Ministro da Educação Nacional poderá colocar os professores agregados provisórios noutros distritos, sempre que as necessidades do serviço o exijam.

Art. 4.º As datas em que se requiere a admissão às provas, em que se realizam os exames ou se inicia o estágio serão fixadas por despacho ministerial.

Da admissão às provas

Art. 5.º A admissão às provas de habilitação para o magistério primário oficial é requerida perante as direcções dos distritos escolares, e o candidato deve comprovar:

a) Ter mais de dezóito e menos de vinte e oito anos de idade;

b) Ter a habilitação mínima do antigo curso geral ou o actual 2.º ciclo dos liceus;

c) Ter robustez suficiente para o exercício do magistério, ter sido vacinado e não sofrer de doença contagiosa;

d) Possuir idoneidade moral e cívica.

§ único. No requerimento deve ser inutilizada uma estampilha fiscal de 300\$.

Art. 6.º A admissão dos candidatos que satisfizerem às condições estabelecidas no artigo anterior só é definitiva depois do exame de sanidade, em que se não verifique qualquer dos defeitos seguintes:

1) Acuidade visual inferior a $V \frac{1}{2}$, medida com ambos os olhos simultaneamente e depois de corrigidos os vícios de refração;

2) Miopia, hipermetropia ou astigmatismo, se a correcção apropriada não melhorou a acuidade visual aquém de $V \frac{1}{2}$, ou se o exame oftalmológico revelar a existência de lesões ou perturbações que levam ao diagnóstico de afecções progressivas;

3) Daltonismo, estrabismo ou lesões oculares contagiosas;

4) Acuidade auditiva diminuída para além do limite em que a voz murmurada não seja perceptível à distância de 3 metros, revelando pronunciada surdez;

5) Afecções e deformidades do nariz, bôca e garganta prejudicando a fonação, ou gaguez e dislalia;

6) Tuberculose activa ou evolutiva, qualquer que seja a sua sede ou a sua forma, lúpus, osteíte, tumor frio, coxalgia, mal de Pott, adenites e otite crónica;

7) Tuberculosos viscerais e nomeadamente a pulmão, ainda que não se encontrem em fase evolutiva;

8) Afecções crónicas das vias respiratórias, laringites crónicas, esclerose com dilatação dos brônquios, enfisemas, bronquite crónica, asma, quisto hidático e cancro;

9) Lesões cardiovasculares descompensadas;

10) Diabetes;

11) Nevroses, psiconevroses e perturbações mesmo ligeiras do sistema nervoso, como tiques, ilusões, fobias, alucinações e estados de excitação ou depressão mental;

12) Afecções generalizadas da pele ou localizadas e contagiosas;

13) Defeitos físicos que prejudiquem a disciplina e o prestígio do magistério;

14) Quaisquer outras lesões ou perturbações impeditivas não expressas nos números antecedentes, cuja natureza inibitória deverá ser sujeita à confirmação da Direcção Geral da Saúde Escolar.

§ único. O exame de sanidade será feito nas direcções dos distritos escolares, pelos médicos da Direcção Geral da Saúde Escolar.

Art. 7.º Feito o apuramento definitivo, os directores dos distritos escolares enviarão à Direcção Geral do Ensino Primário dez exemplares da relação dos candidatos admitidos, os quais serão reagrupados, de harmonia com as conveniências do ensino e comodidade dos examinandos, para serem distribuídos pelos respectivos júris das provas escritas do exame de cultura.

Dos júris

Art. 8.º As provas escritas dos exames de cultura serão prestadas perante júris, constituídos por um presidente e dois vogais, nomeados pelo Ministro da Educação Nacional, e a sua classificação será feita por um júri único, de que farão parte todos os membros efectivos daqueles júris, e se reunirá em Lisboa sob a presidência de um deles, ou de outrem, conforme fôr determinado.

§ 1.º Para lavrar as actas das sessões e os termos dos exames, bem como para fazer o demais expediente, será designado pelo presidente, de entre os vogais, um secretário para cada júri.

§ 2.º Poderão ser nomeados vogais suplementares, para efeito de fiscalização, na prestação das provas escritas.

Art. 9.º As provas orais dos exames de cultura serão prestadas nas mesmas cidades onde se realizaram as provas escritas, perante júris de três membros, designados entre os do júri único, e do mesmo modo serão prestadas as provas e constituídos, tanto quanto possível, os júris dos exames de aptidão pedagógica e de Estado.

Art. 10.º Os presidentes dos júris de classificação enviarão à Direcção Geral do Ensino Primário um relatório sobre os seus trabalhos, juntamente com todos os documentos respeitantes aos exames.

Do exame de cultura

Art. 11.º As provas de cultura específica são escritas e orais e versarão sobre matérias dos programas que fazem parte integrante deste regulamento.

§ único. As provas escritas prestam-se simultaneamente para todos os examinandos de todos os júris, em regime de anonimato e de modo a assegurar boas condições de execução e fiscalização.

Art. 12.º As provas escritas prestam-se em dois dias sucessivos pela ordem seguinte:

1.º Português e matemática;

2.º Geografia e história.

Art. 13.º Os exames escritos, cujos pontos serão organizados pela Direcção Geral do Ensino Primário, constarão das seguintes provas:

1) Na disciplina de português:

a) Um exercício de redacção;

b) Um exercício de análise interpretativa, morfológica e sintáctica.

2) Na disciplina de matemática:

- a) Resolução de problemas de aritmética;
- b) Resolução de problemas de geometria.

3) Na disciplina de geografia e história:

- a) Um exercício de geografia de Portugal;
- b) Um exercício de história de Portugal.

§ único. Para cada uma das provas é dado o período de uma hora útil.

Art. 14.º Prestadas as provas escritas, os presidentes dos júris, depois de as haverem encerrado em *enveloppes* lacrados, entregá-las-ão na Direcção Geral do Ensino Primário, onde funcionará o júri único para a sua classificação.

Art. 15.º Para a apreciação das provas escritas será o júri único dividido em três secções, correspondentes a cada uma das disciplinas, e aos examinadores de cada secção deverá ser dada vista de todas as provas respectivas, antes de reunirem em conferência para estabelecer as notas a propor na sessão de apuramento.

§ 1.º As três secções reúnem-se em sessão conjunta para fazer a classificação definitiva de todas as provas e apurar quais os examinandos a admitir à prova oral.

§ 2.º A nota de cada disciplina exprime-se pela média das notas obtidas em cada uma das provas.

§ 3.º Serão eliminados os examinandos com a nota de *mediocre* em duas disciplinas ou de *mau* em qualquer delas.

Art. 16.º Os examinandos aprovados nas provas escritas serão submetidos às provas orais, que se realizarão onde foram prestadas as provas escritas, perante júris de três membros, saídos, sempre que fôr possível, do júri único.

§ único. Os examinandos serão chamados pela ordem da sua inscrição nas pautas dos exames.

Art. 17.º As provas orais compreendem:

1) Na disciplina de português:

- a) Leitura e interpretação de um texto;
- b) Interrogatório de gramática aplicada ao texto.

2) Na disciplina de matemática:

- a) Um interrogatório sobre aritmética;
- b) Um interrogatório sobre geometria.

3) Na disciplina de geografia e história:

- a) Um interrogatório sobre geografia de Portugal;
- b) Um interrogatório sobre história de Portugal.

§ único. Estas provas durarão dez minutos cada uma.

Art. 18.º Não haverá segunda chamada para as provas escritas, mas os candidatos que faltarem às provas orais podem voltar a ser chamados uma vez, se o júri estiver em funcionamento, mediante o pagamento da multa de 50\$ por meio de estampilha fiscal.

§ 1.º Os candidatos da segunda chamada passarão para o fim da pauta.

§ 2.º O abandono da sala depois da chamada a exame importa desistência.

Art. 19.º Serão aprovados os candidatos que obtiverem, em relação a cada disciplina, pelo menos 10 valores e a classificação do exame será a média aritmética das notas das diferentes disciplinas.

Do estágio e do exame de aptidão pedagógica

Art. 20.º Os candidatos aprovados no exame de cultura serão, em grupos de quatro, distribuídos, normal-

mente, pelas escolas que funcionam em sedes dos distritos, mediante proposta da Direcção Geral do Ensino Primário, e de harmonia, tanto quanto possível, com a comodidade dos estagiários.

Art. 21.º Os professores das escolas onde se realizem os estágios deverão, no prazo de oito dias depois de terminado o estágio, enviar os relatórios dos estagiários, acompanhados da sua informação, às direcções dos distritos escolares, e estas, dentro do prazo de trinta dias, remeterão, com o seu parecer, os processos à Direcção Geral do Ensino Primário.

Art. 22.º O exame de aptidão pedagógica é constituído por uma lição a alunos e realiza-se, em regra, em escolas primárias das cidades onde se realizaram as provas de cultura.

§ único. O presidente do júri marcará os dias e as horas em que a prova se prestará, bem como o grupo de candidatos, que irão sendo chamados pela ordem de inscrição na pauta.

Art. 23.º A lição a alunos durará quarenta e cinco minutos, e, se o júri entender ouvir o examinando sobre o relatório e a informação do estágio, seguir-se-á um interrogatório com a duração de dez a quinze minutos.

§ 1.º O assunto da lição será designado pelo júri e o ponto tirado à sorte, com uma hora de antecedência, durante a qual o examinando se considera em regime de exame.

§ 2.º Serão aprovados os examinandos que obtiverem, pelo menos, a classificação de 10 valores.

§ 3.º Aos candidatos reprovados é facultada a repetição, por uma só vez, do estágio e nova apresentação a exame, pelo que é devida a propina de 225\$, paga por meio de estampilha fiscal aposta no requerimento.

Do Exame de Estado

Art. 24.º Os professores agregados provisórios que tenham feito um ano lectivo de serviço deverão requerer na primeira época de Exames de Estado a sua admissão a êsses Exames.

§ único. Os que o não requererem não poderão continuar em exercício e só poderão ser admitidos na época seguinte, mediante autorização ministerial.

Art. 25.º As lições a alunos que constituem o Exame de Estado durarão quarenta e cinco minutos cada uma e serão prestadas por cada examinando em quatro dias sucessivos, correspondentes a cada uma das quatro classes de alunos do ensino primário.

§ 1.º Aplica-se a cada lição o disposto no § 1.º do artigo 23.º

§ 2.º Os examinandos serão chamados em cada dia, segundo a ordem da pauta, e prestarão as provas em dias e horas marcados pelo presidente do júri.

Art. 26.º Terminadas as provas de cada grupo de examinandos, o júri procederá imediatamente à respectiva apreciação e julgamento, nos termos do artigo 10.º do decreto-lei n.º 30.951, de 10 de Dezembro de 1940, e a sua decisão será logo publicada.

§ único. Os candidatos reprovados poderão repetir este exame uma vez na primeira época, pelo que é devida a propina de 100\$, paga por estampilha fiscal, inutilizada no requerimento.

Art. 27.º Aos candidatos aprovados, quando o requeriram, serão passados, pela Direcção Geral do Ensino Primário, diplomas de professor de ensino primário e a classificação final é expressa pela média das notas obtidas nos exames de cultura, de aptidão e de Estado.

§ único. Por cada diploma é devido o emolumento de 250\$, pago por estampilha fiscal, e não poderão passar-se certidões de Exame de Estado sem que tenha sido passado o respectivo diploma.

Art. 28.º Serão utilizados com as alterações adequadas os impressos destinados a termos e diplomas dos exames do magistério primário.

Art. 29.º As dúvidas que se suscitarem na aplicação deste regulamento serão resolvidas por despacho ministerial.

Ministério da Educação Nacional, 14 de Dezembro de 1940. — O Ministro da Educação Nacional, *Mário de Figueiredo*.

Programas

I

Português

Fonética. — Sons elementares: vogais e consoantes. Combinação dos fonemas: ditongos, sílabas e vocábulos, acento tónico. Representação gráfica: alfabeto e sinais auxiliares, ortografia (principais regras), emprêgo de maiúsculas, acentuação gráfica, divisão silábica.

Morfologia. — Constituição do léxico: classificação das palavras, substantivos, adjetivos, numerais, pronomes, artigos, verbos, advérbios, preposições, conjunções, interjeições. Renovação do vocabulário: meios de formação das palavras, derivação (própria e imprópria), composição (prefixação, juxtaposição, aglutinação, composição erudita). Flexões: flexão nominal (género, número e grau), flexão verbal (conjugação, verbos auxiliares, conjugações perifrásticas, verbos irregulares).

Sintaxe. — Análise sintáctica: partes do texto (discurso, capítulo, parágrafo, período e proposição), elementos da proposição (sujeito, predicado, nome predicativo, complementos directo, indirecto, circunstanciais e agente da passiva), determinantes do nome (atributo, aposto, complemento determinativo), vocativo; classificação das proposições (oração independente, oração principal, orações coordenadas, orações subordinadas e orações intercaladas); discurso directo e indirecto. Concordância: generalidades da concordância do aposto, do atributo, do verbo e do nome predicativo. Colocação: ordem directa e ordem inversa. Pontuação: regras gerais.

II

Matemática

Aritmética. — Numeração árabe e romana.

Noção intuitiva das quatro operações fundamentais sobre números inteiros; definição pelas suas propriedades; regra prática e provas; processos rápidos para determinar o produto e o cociente de um número por 10, 100, 1000, . . .

Potenciação. — Expressões numéricas. Noções de múltiplo e submúltiplo; condições de divisibilidade de um número por 2, 3, 5, 9, 11 e qualquer potência de 10. Noções de máximo divisor comum e menor múltiplo comum de dois ou mais números; sua determinação pelas divisões sucessivas. Números primos; decomposição de um número num produto de factores primos e sua aplicação à determinação do máximo divisor comum e menor múltiplo comum de dois ou mais números. Noção de números fraccionários; propriedades dos números fraccionários; simplificação, comparação e redução de fracções ao mesmo e ao menor denominador comum; operações com números fraccionários; fracções decimais; números decimais e suas operações.

Raiz quadrada; regra prática da extracção da raiz quadrada. Sistema métrico decimal; medidas de tempo; medidas de ângulo.

Números complexos e incomplexos; redução de um número complexo a incompleto e reciprocamente; operações sobre números complexos.

Razões e proporções geométricas; propriedades fundamentais. Proporcionalidade directa e inversa. Regra de três simples e composta.

Geometria. — Conhecimento dos sólidos geométricos: paralelepípedo, prisma, pirâmide, poliedros regulares, cone, cilindro de revolução e esfera. Linhas. Posição relativa de duas rectas. Ângulos: nulo e raso; recto; agudo e obtuso; complementares e suplementares, verticalmente opostos e adjacentes. Polígonos e sua nomenclatura. Elementos de um polígono. Triângulos; quadrilátero; paralelogramo, rectângulo, losango, quadrado e trapézio. Circunferência, raio, corda, secante e tangente. Círculo, segmento de círculo e sector circular; coroa circular. Perímetro de uma linha poligonal e de um polígono regular. Perímetro da circunferência. Determinação experimental do valor de π . Áreas do triângulo, paralelogramo, rectângulo, losango e trapézio, e do círculo. Área lateral e total do prisma, do cilindro, da pirâmide e do cone. Volume do cubo, do paralelepípedo, do prisma, do cilindro, da pirâmide e do cone.

III

Geografia e história

Geografia. — O céu e os astros: estrelas, planetas, cometas e nebulosas. Principais constelações visíveis em Portugal. Orientação: pelo sol, pela estrela polar e pela bússola. A Terra: forma, dimensões e movimentos de rotação e de translação. Eixo, polos, equador, paralelos e meridianos. O dia e a noite. Estações do ano. Eclíptica, trópicos, círculos polares e zonas terrestres. O ano e as estações. A lua e suas fases. Marés. Eclipses (noções sumárias). Coordenadas terrestres: latitude, longitude. Altitude. Noção de escala. Cartas e mapas geográficos. Continentes e oceanos: situação, forma e extensão. Climas e seus elementos (noções sumárias). Raças humanas e sua distribuição no globo. Estados da Europa e suas capitais.

Situação geográfica de Portugal, limites, área e configuração. Litoral. Costa, extensão e principais acidentes. População. Densidade média. Relêvo do solo. Principais cadeias de montanhas. Cursos de água mais importantes. Centros termiais. Zonas climatéricas, centros piscatórios, zonas agrícolas e culturas mais importantes. Principais centros de actividade económica. Principais vias de comunicação. Organização política e administrativa da Nação. Ilhas adjacentes e províncias ultramarinas. Sua situação, limites, superfície, população e produções naturais. Portos, rios e serras mais importantes.

História. — Povos primitivos da Península Ibérica e sucessivos dominadores (romanos, visigodos e muçulmanos). Reconquista cristã e Estados que se constituíram. O Condado Portucalense. Fundação da nacionalidade portuguesa. Acção da Igreja. Ordens religiosas militares. Cooperação dos Cruzados. D. Afonso Henriques. Povoamento do território. Conquista definitiva do Algarve. As Côrtes, os concelhos e os forais. D. Diniz. Impulso dado ao fomento do País. Fundação da Universidade. Ordem de Cristo. Batalha do Salado. D. Pedro I. D. Fernando. Desenvolvimento económico. Aliança inglesa. O Mestre de Aviz e Nuno Álvares Pereira. Guerras com Castela. Significado da batalha de Aljubarrota. Côrtes de Coimbra (1385). João das Regras. Paz de 1411. Filhos de D. João I: D. Duarte, D. Fernando e D. Pedro. O Infante D. Henrique e os seus auxiliares na empresa dos descobrimentos. Con-

quista de Ceuta. A regência do Infante D. Pedro. Alfarozeira. D. Afonso V. Desenvolvimento do poder real. D. João II e a sua política ultramarina. Tratado de Tordesilhas. A rainha D. Leonor. Misericórdias. Carácter metódico e científico das expedições portuguesas. Gil Eanes, Diogo Cão, Bartolomeu Dias, Pêro da Covilhã. Vasco da Gama e o descobrimento do caminho marítimo para a Índia. Descobrimento do Brasil. Primeira viagem de circunnavegação (Fernão de Magalhães). Conquistas no Oriente. Duarte Pacheco, D. Francisco de Almeida, Afonso de Albuquerque e D. João de Castro. As missões no Oriente. S. Francisco Xavier. Influência das conquistas e descobrimentos na vida económica, artística e social do nosso País e da Europa. D. João III e a colonização do Brasil. Anchieta, Manuel da Nóbrega, etc. A unidade religiosa. A política antijudaica de D. João II e de D. Manuel. Estabelecimento da Inquisição e seu significado político e social. A reforma da Universidade no tempo de D. João III. A Companhia de Jesus e a sua acção na colonização e no ensino. Esplendor das ciências, das letras e das artes. Luiz de Camões e os *Lusíadas*. D. Sebastião e a política marroquina. O Cardeal Rei. D. António Prior do Crato. Dominação espanhola. Significado patriótico do sebastianismo. Reacção contra Castela. A Revolução de 1640. D. João IV: orientação da sua política externa. A acção diplomática: Francisco de Sousa Coutinho, Padre António Vieira. As guerras da Restauração. Destronização de D. Afonso VI: o Conde de Castelo Melhor. Regência e governo de D. Pedro II. O Tratado de Methuen. Portugal na guerra da sucessão de Espanha. D. João V. Política diplomática, ultramarina e cultural. D. José. O Marquês de Pombal. D. Maria I. Realizações do seu reinado. A guerra do Russilhão. Invasões francesas e sua repercussão na vida portuguesa. A Revolução de 1820; as Córtes, a Constituição e os partidos. A independên-

cia do Brasil. D. Pedro e D. Miguel. Reinados de D. Maria II, D. Pedro V e D. Luiz. D. Carlos e a reacção antiparlamentarista. As grandes explorações africanas e a ocupação das colónias. António Enes e Mousinho de Albuquerque. O assassinio do Rei D. Carlos e do Príncipe Real. D. Manuel II. Agitação revolucionária. A Revolução de 1910. A República. A Grande Guerra. Reacção contra o liberalismo. Sidónio Pais. A Revolução de 28 de Maio. A Constituição Política de 1933. Estatuto do Trabalho Nacional (1934). Acto Colonial: sua significação na política imperial do Estado Novo. Corporativismo. General Carmona e Dr. Oliveira Salazar.

Ministério da Educação Nacional, 14 de Dezembro de 1940. — O Ministro da Educação Nacional, *Mário de Figueiredo*.

MINISTÉRIO DAS OBRAS PÚBLICAS E COMUNICAÇÕES

Administração Geral do Pôrto de Lisboa

Por despacho do conselho de administração do pôrto de Lisboa de 6 do corrente e em harmonia com o disposto no § 2.º do artigo 31.º do decreto-lei n.º 24:208, de 23 de Julho de 1934, foi autorizado o reforço da verba do n.º 4) «Cargas e descargas» do artigo 15.º «Outros encargos», da classe «Pagamento de serviços e diversos encargos», do orçamento da Administração Geral do Pôrto de Lisboa para o ano económico de 1940 com a importância de 24.000\$, a sair da verba do n.º 3) «Tração em vias férreas» do mesmo artigo e classe.

Administração Geral do Pôrto de Lisboa, 9 de Dezembro de 1940. — O Administrador Geral, *Salvador de Sá Nogueira*.

- 1 primeiro official.
- 1 segundo official.
- 1 terceiro official.
- 2 aspirantes.
- 3 inspectores da saúde escolar.
- 2 inspectores dos desportos.
- 74 médicos escolares.
- 3 médicos dos desportos.
- 28 visitadoras.
- 1 contínuo de 1.ª classe.
- 1 servente.

Inspecção do Ensino Particular

- 1 inspector.
- 1 primeiro official.
- 1 segundo official.
- 1 terceiro official.
- 2 aspirantes.
- 1 contínuo de 2.ª classe.

Inspecção dos Espectáculos

- 1 inspector.
- 3 sub-inspectores em Lisboa.
- 1 primeiro official.
- 1 segundo official.
- 1 terceiro official.
- 3 aspirantes.
- 1 projeccionista.
- 1 contínuo de 2.ª classe.

Ministério da Educação Nacional, 5 de Setembro de 1942. — O Ministro da Educação Nacional, *Mário de Figueiredo*.

Vencimentos e gratificações a que tem direito o pessoal da Secretaria Geral, das Direcções Gerais e das Inspecções do Ensino Particular e dos Espectáculos.

	Remuneração mensal	
	Vencimento	Gratificação
Director geral	4.500\$00	
Chefe de repartição	2.750\$00	
Inspector do ensino particular	—\$	(a) 1.500\$00
Inspector dos espectáculos (b)	2.750\$00	1.000\$00
Inspector da saúde escolar	1.800\$00	
Inspector dos desportos (c)	1.800\$00	600\$00
Sub-inspector dos espectáculos em Lisboa	—\$	300\$00
Chefe da Secretaria Geral	1.800\$00	
Chefe de secção	1.800\$00	
Bibliotecário-arquivista	1.500\$00	
Médico escolar	1.500\$00	
Médico dos desportos (c)	1.500\$00	500\$00
Primeiro official	1.500\$00	
Segundo official	1.200\$00	
Terceiro official	900\$00	
Aspirante	700\$00	
Projeccionista	700\$00	
Contínuo de 1.ª classe	550\$00	
Guarda-portão	550\$00	
Visitadora	500\$00	
Contínuo de 2.ª classe	500\$00	
Servente	400\$00	
Auxiliar de limpeza	300\$00	

(a) Artigo 1.º do decreto-lei n.º 29:880.

(b) É considerado inspector chefe e terá direito à gratificação ou ao vencimento, conforme ocupar ou não outro lugar remunerado nos quadros do Estado, corpos ou corporações administrativas.

(c) Terá direito à gratificação ou ao vencimento, conforme ocupar ou não outro lugar remunerado nos quadros do Estado, corpos ou corporações administrativas.

Ministério da Educação Nacional, 5 de Setembro de 1942. — O Ministro da Educação Nacional, *Mário de Figueiredo*.

Decreto-lei n.º 32:242

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º Os encargos com pessoal resultantes da execução do decreto-lei n.º 32:241 serão satisfeitos, no corrente ano económico, por força das respectivas dotações inscritas no orçamento do Ministério da Educação

Nacional para o mesmo ano, as quais serão reforçadas com as seguintes importâncias:

CAPÍTULO 2.º

Secretaria Geral

Artigo 8.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei 16.650\$00

Inspecção do Ensino Particular

Artigo 17.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei 6.300\$00

CAPÍTULO 3.º

Direcção Geral do Ensino Superior e das Belas Artes

Artigo 70.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei 5.400\$00

CAPÍTULO 4.º

Direcção Geral do Ensino Liceal

Artigo 658.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei 9.675\$00

CAPÍTULO 7.º

(Direcção Geral da Saúde Escolar) Direcção Geral da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar

Artigo 875.º — Remunerações certas ao pessoal em exercício:

- 1) Pessoal dos quadros aprovados por lei 84.825\$00
- 122.850\$00

Art. 2.º É anulada a importância de 122.850\$ na dotação inscrita no artigo 863.º, n.º 2), do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o ano económico de 1942.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Setembro de 1942. — ANTÓNIO ÓSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Adriano Pais da Silva Vaz Serra* — *João Pinto da Costa Leite* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Caeiro* — *Mário de Figueiredo* — *Rafael da Silva Neves Duque*.

Direcção Geral do Ensino Primário

Decreto-lei n.º 32:243

O facto de existir um número de diplomados com o curso do magistério primário muito superior às necessidades, no momento, do respectivo serviço conduziu à suspensão da matrícula nas escolas de habilitação para aquele magistério (decreto-lei n.º 27:279, de 24 de Novembro de 1936). Mas o movimento normal de aposentações e de outras causas de afastamento do serviço, por um lado, e, por outro, o alargamento da rede escolar absorveram em poucos anos o excesso, sendo necessário que em 1940 fôsse tomada pelo decreto-lei n.º 30:951 uma medida de emergência que tornou possível o recrutamento rápido de uma grande massa de professores

primários (1:081). Estes já estão também quasi completamente absorvidos. Importa, por isso, começar a recrutar mais e, portanto, pôr a funcionar as escolas do magistério primário.

Repetir ainda uma vez o sistema de emergência adoptado em 1940 seria uma solução, tanto mais quanto é certo que os resultados colhidos são, conforme as informações do Ministério, francamente bons. Mas nem a urgência é tam grande que obrigue a isso, nem parece que, podendo os professores ser formados através da escola, o sejam fora dela.

Conforme a organização que se decreta, sendo formados através da escola, têm tudo o que tiveram os recrutados pelo sistema de 1940 e mais alguma coisa. Como não podemos supor que o contacto da escola lhes seja prejudicial, hemos de concluir que os recrutados pelo sistema instituído neste decreto ainda deverão ser melhores. E sempre nos mantemos dentro de uma orientação que, salvas modalidades de circunstância, pode considerar-se como a da generalidade dos países.

Do sistema adoptado em 1940 conservou-se o exame de admissão correspondente ao que então se chamou de cultura específica e o estágio orientado por um professor escolhido, com quem se trabalha em colaboração permanente e activa; do sistema anterior, que pode considerar-se quasi universal, mantiveram-se as disciplinas de cultura pedagógica, expurgadas de toda a matéria que pressupunha conhecimentos de biopsicologia que se não adquiriram antes nem podiam, vista a preparação anterior, adquirir-se na escola senão como quem entrega à memória nomenclaturas várias ou vocábulos que só não têm sabor pedante quando empregados de especialista para especialista. Mantiveram-se ainda, devidamente adaptadas, outras disciplinas que, embora não sejam de cultura pedagógica, se reputam da maior importância para a formação profissional, como desenho e trabalhos manuais, educação feminina, higiene escolar, etc.

Tudo isto permitiu que o curso fôsse reduzido, sem perder e, segundo se crê, antes aumentar a sua eficiência, de três para dois anos. São dois anos de dez meses escolares completos, divididos em quatro semestres, dos quais os três primeiros se destinam à frequência de disciplinas de cultura e prática pedagógicas e também de outras de formação profissional e o quarto ao estágio, junto de um professor escolhido, numa escola em funcionamento.

Entendeu-se que o estágio junto das escolas de aplicação era menos eficiente e ia perturbar a função destas escolas, que deve ser exclusivamente a de proporcionar prática pedagógica aos alunos nos três primeiros semestres. Para o estágio nestas escolas ser eficiente seria necessário multiplicá-las, sem correspondência com as exigências da população da área da escola do magistério e, por isso, talvez sem população escolar para as frequentar; e não se vê razão para que o estágio haja necessariamente de fazer-se na órbita estreita da própria escola do magistério.

Além das bolsas de estudo, criam-se isenções de propinas, tudo no intuito de tornar fácil aos filhos da gente menos abastada ou mesmo pobre que tirem o curso do magistério primário.

Usando da faculdade conferida pela 2.ª parte do n.º 2.º do artigo 109.º da Constituição, o Governo decreta e eu promulgo, para valer como lei, o seguinte:

Artigo 1.º São condições de habilitação para o magistério primário:

- a) Aquisição de cultura e prática pedagógicas;
- b) Realização de um estágio;
- c) Aprovação em Exame de Estado.

Escolas do magistério primário

Art. 2.º As escolas do magistério primário são estabelecimentos de ensino oficial destinados a ministrar a cultura e prática pedagógicas a que se refere o artigo anterior e funcionam em Lisboa, Pôrto, Coimbra e Braga.

§ único. Funcionará nos Açores uma escola do magistério primário se se demonstrar a sua necessidade, ficando as despesas a cargo da respectiva Junta Geral de Distrito Autónomo. A orientação e fiscalização pedagógicas desta escola, o recrutamento do seu pessoal e a acção disciplinar sobre este competem ao Ministério da Educação Nacional.

Art. 3.º Além das escolas de aplicação, com as atribuições que lhes são indicadas no decreto n.º 25:954, de 19 de Outubro de 1935, terá cada escola do magistério primário as instalações necessárias ao desempenho da sua função.

§ único. Poderão as escolas ser autorizadas a utilizar, sempre que isso se mostre necessário ou conveniente, serviços e instalações de outros estabelecimentos dependentes do Ministério da Educação Nacional e, como campo de observação e estudo, escolas do ensino primário oficiais ou particulares.

Art. 4.º As escolas do magistério primário gozam de autonomia administrativa, competindo a respectiva gerência ao conselho administrativo.

§ único. O conselho administrativo será constituído pelos professores indicados no artigo 21.º, servindo de presidente o director.

Art. 5.º As escolas do magistério primário são pessoas morais com capacidade jurídica para adquirir bens a título gratuito ou oneroso.

Condições de admissão

Art. 6.º O ingresso nas escolas do magistério primário dependerá de aprovação em exame cujos programas serão elaborados pelo Ministério da Educação Nacional.

§ 1.º As provas do exame de admissão serão escritas e orais e versarão sobre as disciplinas de português, matemática e geografia-história.

§ 2.º Serão eliminados nas provas escritas os candidatos com a nota de *mediocre* em duas disciplinas ou de *mau* em qualquer delas.

§ 3.º Serão aprovados os candidatos que na prova oral obtiverem, em relação a cada disciplina, pelo menos, 10 valores, e a sua classificação será expressa pela média aritmética das notas das diferentes disciplinas.

Art. 7.º As provas escritas e orais serão prestadas nas sedes das escolas, mas as primeiras serão classificadas por um júri único, que funcionará em Lisboa.

§ 1.º Os júris de fiscalização das provas escritas, o júri de classificação destas provas e os júris de classificação das provas orais serão nomeados livremente pelo Ministro da Educação Nacional entre professores de qualquer grau de ensino, inspectores do ensino primário, directores de distrito escolar e adjuntos destes.

§ 2.º Aos membros dos júris de fiscalização será abonada a gratificação de 20\$ por cada sessão, aos do júri de classificação das provas escritas a de 3\$ por candidato e aos dos júris de classificação das provas orais a de 5\$ por candidato.

Art. 8.º Os requerimentos para exame de admissão serão entregues nas secretarias das escolas do magistério primário de 1 a 10 de Agosto e os exames terão início em 1 de Setembro.

§ único. Os requerimentos serão instruídos com os seguintes documentos:

a) Certidão do registo de nascimento, pela qual se verifique que o candidato é de nacionalidade portuguesa

e não tem menos de dezasseis nem mais de vinte e oito anos de idade;

b) Documento comprovativo da habilitação mínima do 2.º ciclo liceal ou equivalente;

c) Certificado do registo criminal e policial;

d) Declaração a que se refere a lei n.º 1:901;

e) Declaração a que se refere o decreto-lei n.º 27:003.

Art. 9.º O número de alunos a admitir nas escolas do magistério primário será fixado em cada ano, até 31 de Julho, por despacho do Ministro da Educação Nacional. Esse número não poderá exceder sessenta alunos por escola.

§ 1.º Dois terços do número das vagas serão preenchidos por candidatos do sexo feminino.

§ 2.º Em caso de necessidade, poderá o Ministro da Educação Nacional determinar que o número de alunos a admitir em cada escola vá até oitenta.

Matrícula e plano de estudos

Art. 10.º A matrícula nas escolas do magistério será requerida de 25 a 30 de Setembro, perante as respectivas secretarias, tendo preferência os alunos excluídos no 1.º ano do curso e, em igualdade de classificação no exame de admissão:

a) Os candidatos mais velhos ou os mais novos, conforme a concorrência se der entre candidatos com menos ou com mais de vinte e dois anos;

b) Os candidatos habilitados com o exame de admissão que já tenham requerido matrícula no ano anterior;

c) As candidatas com a habilitação do curso de educação familiar;

d) Os órfãos de professores do ensino primário com maior número de irmãos;

e) Os filhos de professores do ensino primário com maior número de irmãos;

f) Os candidatos com maior número de irmãos.

§ 1.º O candidato que não conseguir matricular-se na escola em que realizou o exame de admissão por falta de vaga poderá ingressar noutra escola em que a haja.

§ 2.º A transferência de matrícula só poderá ser autorizada em caso de força maior reconhecido em despacho ministerial.

Art. 11.º A duração do curso das escolas do magistério primário é de três semestres.

§ único. O ano lectivo ou escolar compõe-se de dois semestres: o primeiro começa em 1 de Outubro e o segundo em 1 de Março, para terminar em 31 de Julho.

Art. 12.º Os trabalhos do curso distribuem-se em unidades lectivas do modo seguinte:

Disciplinas	Unidades lectivas por semana		
	1.º semestre	2.º semestre	3.º semestre
Pedagogia e didáctica geral	5	—	—
Psicologia aplicada à educação	3	6	—
Didáctica especial	—	6	6
Higiene escolar	3	—	—
Educação física	2	2	2
Desenho e trabalhos manuais educativos	2	3	2
Educação feminina	2	2	2
Música e canto coral	2	2	2
Legislação e administração escolares . .	—	—	3
Organização política e administrativa da Nação	2	—	—
Educação moral e cívica	2	—	—
Prática pedagógica	5	8	8

manuais educativos e de educação feminina essa duração será de oitenta minutos.

§ 2.º As aulas poderão funcionar em turmas paralelas, cuja lotação não deverá exceder trinta alunos. Na disciplina de educação feminina cada turma não terá mais de quinze alunas.

§ 3.º Quando se verificar a hipótese do § 2.º do artigo 9.º, a lotação máxima de cada turma será, respectivamente, de quarenta e de vinte alunos.

§ 4.º Realizar-se-ão sessões de canto coral em conjunto orfeónico duas vezes por mês, pelo menos.

Art. 13.º A prática pedagógica revestirá as seguintes modalidades:

a) Assistência aos trabalhos escolares nas escolas de aplicação;

b) Realização de lições na aula de didáctica especial;

c) Leccionação a turmas inteiras nas escolas de aplicação.

§ 1.º A primeira modalidade visa a familiarizar os alunos-mestres com o funcionamento geral e ambiente das escolas primárias, para o que deverão colaborar com os respectivos professores na verificação dos exercícios, escrituração dos livros e em todas as actividades ligadas à escola.

§ 2.º As lições que os alunos realizarão na aula de didáctica especial, sobre temas designados pelos professores desta disciplina e com destino a grupos muito reduzidos de alunos das escolas de aplicação, visam a objectivar os processos didácticos e a aplicar os demais conhecimentos ministrados nas aulas teóricas.

§ 3.º A leccionação dos alunos-mestres a turmas inteiras nas escolas de aplicação, que será efectuada dentro do horário normal destas e com a assistência dos respectivos professores e de pequenos grupos de alunos-mestres, tem por fim a iniciação em todos os aspectos da função docente.

§ 4.º A distribuição dos trabalhos de prática pedagógica será feita pela seguinte forma:

a) No 1.º semestre: trabalhos da alínea a) deste artigo;

b) No 2.º semestre: trabalhos da alínea b) cumulativamente com os da alínea a);

c) No 3.º semestre: trabalhos da alínea c) cumulativamente com os das alíneas b) e a).

Art. 14.º A frequência do aluno compreende a presença, o comportamento e o aproveitamento e será apreciada no fim de cada semestre pelo conselho escolar.

§ 1.º Perderá a frequência o aluno que der numa disciplina um número de faltas, não relevadas superiormente, igual ao que se obtiver multiplicando por 2.º o número de unidades lectivas semanais dessa disciplina.

§ 2.º Duas notas de *mediocre* ou uma de *mau* no comportamento importam a exclusão da frequência.

Art. 15.º Transitarão para o 2.º ano os alunos que obtiverem média não inferior a 10 valores em cada uma das disciplinas.

Art. 16.º Os alunos que obtiverem média final de 10 valores, pelo menos, em cada uma das disciplinas do 3.º semestre serão admitidos ao exame de saída.

Art. 17.º O exame de saída constará de provas escritas e práticas.

§ 1.º As provas práticas destinam-se a averiguar da habilitação nas disciplinas de desenho e trabalhos manuais educativos e educação feminina.

§ 2.º As provas escritas versarão sobre a matéria dos programas das restantes disciplinas.

§ 3.º A classificação final será a média aritmética dos valores obtidos em todas as provas.

Art. 18.º Os exames de saída realizar-se-ão na última semana do 3.º semestre e o respectivo júri será constituído pelos professores da escola, sob a presidência do director.

* § 1.º A duração de cada unidade lectiva será de cinquenta minutos; nas disciplinas de desenho e trabalhos

Art. 19.º Será excluído de todas as escolas do magistério primário o aluno que por duas vezes perder a frequência do mesmo ano ou ficar reprovado duas vezes no exame de saída.

Pessoal docente, administrativo e menor

Art. 20.º O corpo docente das escolas do magistério primário será constituído por:

- a) Professores de nomeação vitalícia ou em comissão;
- b) Professores contratados;
- c) Professora da disciplina de educação feminina.

Art. 21.º Em cada escola haverá os seguintes professores de nomeação vitalícia ou em comissão: um para a regência das disciplinas de pedagogia e didáctica geral e de psicologia aplicada à educação, um para a regência das disciplinas de didáctica especial e de legislação e administração escolares e um para a regência da disciplina de desenho e trabalhos manuais educativos.

Art. 22.º Os professores a que se refere o artigo anterior serão livremente escolhidos pelo Ministro da Educação Nacional: o de pedagogia e didáctica geral e de psicologia aplicada à educação, entre professores de qualquer grau de ensino; o de didáctica especial e de legislação e administração escolares, entre indivíduos habilitados para o magistério primário com, pelo menos, 16 valores de diploma e cinco anos de exercício docente; o de desenho e trabalhos manuais educativos, entre indivíduos habilitados para o 9.º grupo do ensino liceal ou 1.º grupo do ensino técnico profissional.

Art. 23.º O professor indicado em primeiro lugar no artigo antecedente exercerá as respectivas funções em comissão, que poderá cessar em qualquer altura; os restantes serão providos definitivamente, mas, se forem professores, inspectores do ensino primário, directores de distrito escolar ou adjuntos destes, poderão ser chamados em comissão de cinco anos, renovável.

§ único. O tempo de serviço em comissão, nas escolas do magistério primário considerar-se-á, para todos os efeitos legais, prestado no ramo e grau de ensino a que o professor pertencer.

Art. 24.º Aos professores a que se referem os artigos anteriores compete o vencimento mensal de 1.100\$, se não tiverem diuturnidade, e o de 1.200\$ ou 1.300\$, conforme tiverem completado dez ou vinte anos de serviço na categoria.

§ único. Os professores de qualquer grau de ensino, os inspectores do ensino primário e os directores de distrito escolar chamados a prestar serviço em comissão nas escolas do magistério primário poderão optar entre os vencimentos fixados neste artigo e o que lhes competir no quadro de onde provêm.

Art. 25.º Serão contratados para o ensino das disciplinas de educação física, música e canto coral e organização política e administrativa da Nação, com a gratificação de 45\$ por cada hora semanal, professores que a seu cargo tiverem a regência das respectivas disciplinas nos liceus da sede da escola ou no Instituto Nacional de Educação Física.

§ único. Tomar-se-ão providências, de acôrdo com a Direcção Geral do Ensino Liceal e a da Educação Física, Desportos e Saúde Escolar, no sentido de a educação física ser sempre ministrada às alunas por uma professora.

Art. 26.º A regência da disciplina de higiene escolar será atribuída, mediante contrato, a um médico escolar, que perceberá a gratificação fixada no artigo anterior.

Art. 27.º O professor de educação moral e cívica será contratado de acôrdo com a autoridade eclesiástica, nos termos da Concordata, e terá direito à gratificação estabelecida no artigo 25.º

Art. 28.º A professora da disciplina de educação feminina será escolhida pelo Ministro da Educação Nacional entre diplomadas com os cursos de costureira de roupa branca, modista de vestidos, bordadora-rendeira ou labores femininos, segundo a organização do decreto-lei n.º 20.420, ou com cursos equivalentes de organizações anteriores, que tenham exercido durante dois anos e com boas informações de serviço as funções de professoras de labores femininos dos liceus ou mestras do ensino técnico profissional.

§ 1.º A professora de educação feminina será provida definitivamente se no ensino liceal ou técnico tiver nomeação vitalícia; caso contrário, será contratada por dois anos, findos os quais poderá, se o seu serviço fôr qualificado de bom, passar a efectiva.

§ 2.º A professora de educação feminina perceberá o vencimento mensal de 900\$, se não tiver diuturnidade, e o de 1.000\$ ou 1.200\$, conforme tiver completado dez ou vinte anos de serviço na categoria.

Art. 29.º O conselho escolar será constituído por todos os professores, sob a presidência do director.

Art. 30.º O director da escola será o professor das disciplinas de pedagogia e didáctica geral e de psicologia aplicada à educação.

§ único. Ao director compete a gratificação mensal de 400\$.

Art. 31.º As funções de secretário-tesoureiro, de director da biblioteca e de director do museu pedagógico serão desempenhadas gratuitamente pelo professor da disciplina de desenho e trabalhos manuais educativos.

Art. 32.º Para coadjuvar o secretário-tesoureiro haverá em cada escola um terceiro oficial.

Art. 33.º O quadro do pessoal menor das escolas do magistério primário será constituído por um contínuo de 1.ª classe e três de 2.ª e por três auxiliares de limpeza.

§ único. Em dois dos lugares de contínuo devem ser providas mulheres.

Estágio

Art. 34.º Só serão admitidos ao estágio os candidatos que tiverem obtido aprovação no exame de saída das escolas do magistério primário.

Art. 35.º O estágio efectuar-se-á, durante o semestre que vai de 1 de Março a 31 de Julho, em escolas primárias oficiais, sempre que possível da sede da escola do magistério primário frequentada pelo estagiário, e tem por fim integrar este definitivamente em todas as actividades escolares.

§ 1.º Os estagiários serão distribuídos por professores do ensino primário de reconhecida competência, com os quais trabalharão, assumindo, sob a direcção deles, a regência das classes.

§ 2.º A cada professor orientador serão normalmente confiados dois estagiários.

§ 3.º Os professores orientadores serão propostos, até 31 de Janeiro de cada ano, pelos directores das escolas do magistério primário, que deverão ouvir os directores dos distritos escolares.

§ 4.º A distribuição dos estagiários pelos professores orientadores será feita pelos directores das respectivas escolas do magistério, de acôrdo com os directores dos distritos escolares.

§ 5.º As estagiárias serão colocadas em escolas femininas ou mixtas.

§ 6.º Aos professores orientadores será abonada, enquanto durar o estágio, a gratificação mensal de 100\$.

Art. 36.º Durante o estágio realizar-se-ão nas escolas do magistério primário, com destino aos estagiários, sessões de leituras comentadas de educadores modernos e conferências pedagógicas. A assistência a estas sessões e conferências é obrigatória para os estagiários, salvo

impossibilidade reconhecida pelos directores daquelas escolas.

Exames de Estado

Art. 37.º Serão admitidos ao Exame de Estado os candidatos que tiverem completado o estágio a que se referem os artigos anteriores.

Art. 38.º Os Exames de Estado deverão ser requeridos de 10 a 20 de Setembro, terão início em 10 de Outubro e realizar-se-ão em todas as cidades que sejam sede de escolas do magistério primário.

§ 1.º As provas serão prestadas perante um júri único, nomeado livremente pelo Ministro da Educação Nacional entre professores de qualquer grau de ensino, inspectores do ensino primário, directores de distrito escolar e adjuntos destes.

§ 2.º Aos membros do júri será abonada a gratificação de 10\$ por candidato examinado.

Propinas, bolsas de estudo e isenções de propinas

Art. 39.º São as seguintes as propinas a satisfazer pelos candidatos ao magistério primário:

- | | |
|--|---------|
| 1) Exame de admissão às escolas do magistério primário | 100\$00 |
| 2) Matrícula nas escolas (por semestre) | 150\$00 |
| 3) Exame de Estado | 100\$00 |
| 4) Diploma de Exame de Estado | 300\$00 |

§ 1.º As propinas estabelecidas neste artigo serão pagas por meio de estampilhas fiscais.

§ 2.º Não poderá ser passada certidão de aprovação no Exame de Estado sem prévio pagamento da importância correspondente ao diploma do mesmo exame.

Art. 40.º São instituídas, a favor dos candidatos ao magistério primário, quarenta bolsas, da importância de 2.000\$, a distribuir, proporcionalmente ao número de alunos matriculados, pelas quatro escolas.

§ 1.º A importância da bolsa será entregue em dez prestações iguais, correspondentes aos dez meses do ano escolar.

§ 2.º A concessão da bolsa de estudo importa a isenção de propinas.

Art. 41.º O número de isenções de propinas, com exclusão das referidas no § 2.º do artigo anterior, não poderá exceder, para cada escola, 10 por cento dos alunos matriculados.

Art. 42.º Só poderão concorrer às bolsas de estudo e isenção de propinas os alunos que preencherem os seguintes requisitos:

- 1) Terem obtido média não inferior a 14 valores para as bolsas de estudo e a 12 valores para a isenção de propinas no exame de admissão ou na frequência do 1.º ano;
- 2) Provarem insuficiência económica relativamente aos pais e a si mesmos;
- 3) Terem conduta moral, cívica e académica irrepreensível.

§ único. Não conservará a bolsa durante o semestre de estágio aquele que no exame de saída da escola obtiver classificação inferior a 14 valores.

Art. 43.º Para efeito do disposto na alínea 2) do artigo anterior, os candidatos às bolsas de estudo ou isenção de propinas instruirão os seus requerimentos com os seguintes documentos:

a) Declaração de todas as receitas (vencimentos, emolumentos, gratificações e rendimentos), em quantia fi-

xada ou em média, conforme a natureza das mesmas receitas, do candidato e dos pais;

b) Declaração do número de irmãos do candidato, idade e situação económica de cada um deles;

c) Declaração do número e situação das pessoas que estejam a cargo do candidato ou dos pais.

§ 1.º As declarações a que se referem as alíneas deste artigo serão confirmadas pelo regedor ou junta de freguesia, pelo chefe da secção de finanças, pelo conservador do registo civil e, no caso de se tratar de funcionário público, pelo superior hierárquico.

§ 2.º A inexactidão das declarações importa responsabilidade criminal e disciplinar.

Art. 44.º A concessão de bolsas de estudo e isenções de propinas é da competência do Ministro da Educação Nacional.

Art. 45.º A isenção de propinas não abrange as do Exame de Estado e respectivo diploma.

Disposições diversas

Art. 46.º Continuam em vigor todas as disposições legais ou regulamentares que não sejam prejudicadas por este decreto.

Art. 47.º Fica o Ministro da Educação Nacional autorizado a publicar as disposições regulamentares necessárias à perfeita execução deste decreto.

§ único. Os casos omissos, bem como as dificuldades de execução por falta das disposições a que se refere o corpo deste artigo, serão resolvidos por despacho ministerial.

Art. 48.º Poderão alterar-se, mediante despacho ministerial, no primeiro ano de funcionamento das escolas do magistério primário, as datas e prazos marcados neste decreto-lei.

Art. 49.º O Ministro da Educação Nacional designará quais de entre os actuais funcionários dos quadros das escolas do magistério primário, das escolas de aplicação e da biblioteca e museu do ensino primário ficarão ao serviço, e determinará a aposentação obrigatória dos restantes ou a sua colocação em lugares de categoria tanto quanto possível equivalente.

§ 1.º Os contínuos que excederem o quadro fixado no artigo 33.º poderão também ser colocados em lugares de auxiliar de limpeza, recebendo, neste caso, a título de compensação, a diferença dos vencimentos.

§ 2.º Aos funcionários a que se refere a última parte deste artigo serão abonados, por força das verbas inscritas no orçamento da sua escola e até à data em que fôr ordenada a aposentação ou em que entrarem em exercício, os vencimentos que actualmente percebem.

Art. 50.º Os encargos resultantes da execução deste decreto-lei serão custeados pelas dotações do orçamento do Ministério da Educação Nacional para o corrente ano económico, podendo inscrever-se no mesmo orçamento, por força das disponibilidades, as dotações que se tornarem necessárias ao funcionamento das escolas de Coimbra e Braga.

Publique-se e cumpra-se como nêle se contém.

Paços do Governo da República, 5 de Setembro de 1942. — ANTÓNIO OSCAR DE FRAGOSO CARMONA — *António de Oliveira Salazar* — *Mário Pais de Sousa* — *Adriano Pais da Silva Vaz Serra* — *João Pinto da Costa Leite* — *Manuel Ortins de Bettencourt* — *Duarte Pacheco* — *Francisco José Caeiro* — *Mário de Figueiredo* — *Rafael da Silva Neves Duque*.